



Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Aguiar da Beira

Demonstrações Financeiras

31 de Dezembro de 2014

2014

Handwritten signatures and initials in the top right corner, including a large signature at the top, a smaller one below it, and the name 'Almeida' at the bottom.

Índice

Balanço.....	4
Demonstração dos Resultados por Naturezas.....	5
Demonstração dos Resultados por Valências.....	6
Demonstração das Alterações nos Fundos Próprios.....	7
Demonstração dos Fluxos de Caixa.....	9
Anexo	10
1. Identificação da Entidade	10
2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras.....	10
3. Principais Políticas Contabilísticas	11
3.1. Bases de Apresentação.....	11
3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração.....	12
4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:	22
5. Ativos Fixos Tangíveis	22
6. Propriedades de Investimento	23
7. Ativos Intangíveis.....	24
8. Investimentos Financeiros.....	24
9. Inventários.....	25
10. Clientes e Utentes.....	25
11. Estado e Outros Entes Públicos	25
12. Outras contas a receber.....	26
13. Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros.....	26
14. Diferimentos	26
15. Caixa e Depósitos Bancários	27
16. Fundos	27
16.1. Fundos Patrimoniais	27
16.2. Resultados transitados	27
16.3. Outras Variações nos Fundos Patrimoniais	27
17. Financiamentos Obtidos.....	28
17.1. Custos de Empréstimos Obtidos.....	28
17.2. Locações.....	28
18. Fornecedores.....	28

19.	Outras Contas a Pagar	29
20.	Rédito.....	29
21.	Subsídios do Governo e Outros Apoios	30
21.1.	Subsídios, doações e legados à exploração	30
22.	Fornecimentos e serviços externos	31
23.	Benefícios dos empregados.....	31
24.	Outros rendimentos e ganhos	32
25.	Outros gastos e perdas	33
26.	Resultados Financeiros	33
27.	Divulgações exigidas por outros diplomas legais	33
28.	Outras Informações	34
29.	Acontecimentos após data de Balanço	34

Handwritten signatures and initials:
 A large signature at the top right.
 A signature below it.
 The name "Almeida" written in cursive.
 A signature at the bottom right.

Balanço

Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Aguiar da Beira

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

Unidade Monetária: Euros

RUBRICAS	Notas	Datas	
		31-12-2014	31-12-2013
Ativo			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis			
- Bens do património histórico e artístico e cultural			-
- Outros ativos fixos tangíveis	5	3.298.324,27	3.414.929,69
Propriedades de investimento	6	2.592,46	2.592,46
Ativos intangíveis	7	22.863,72	41.484,09
Investimentos financeiros	8	483,85	-
Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros		-	-
Subtotal		3.324.264,30	3.459.006,24
Ativo corrente			
Inventários	9	12.919,10	11.277,53
Clientes	10	112.552,11	107.580,78
Adiantamentos a fornecedores		-	-
Estado e outros Entes Públicos	11	14.490,98	3.335,00
Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros		-	-
Outras contas a receber	12	194.770,51	284.623,44
Diferimentos	14	5.036,72	4.801,01
Outros Ativos financeiros		-	-
Caixa e depósitos bancários	15	633.895,25	438.475,57
Subtotal		973.664,67	850.093,33
Total do Ativo		4.297.928,97	4.309.099,57
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos			
Excedentes técnicos			
Reservas	16.1	2.592,46	2.592,46
Resultados transitados	16.2	1.098.922,84	884.696,74
Excedentes de revalorização		-	-
Outras variações nos fundos patrimoniais	16.3	1.430.733,60	1.431.540,55
Resultado Líquido do período	dr	134.613,46	214.226,10
Total do fundo do capital		2.666.862,36	2.533.055,85
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões			
Provisões específicas			
Financiamentos obtidos	17	1.269.433,38	1.356.997,84
Outras contas a pagar			
Subtotal		1.269.433,38	1.356.997,84
Passivo corrente			
Fornecedores	18	52.283,16	37.885,11
Adiantamentos de clientes			
Estado e outros Entes Públicos	11	20.322,96	19.975,03
Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros			
Financiamentos obtidos	17	87.092,01	86.619,56
Diferimentos	14	59.695,48	152.848,29
Outras contas a pagar	19	142.239,62	121.717,89
Outros passivos financeiros			
Subtotal		361.633,23	419.045,88
Total do passivo		1.631.066,61	1.776.043,72
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		4.297.928,97	4.309.099,57

Aguiar da Beira, 21 de fevereiro 2015

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

Elisabete da Silva Almeida

A MESA ADMINISTRATIVA

Demonstração dos Resultados por Naturezas

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

Unidade Monetária: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODOS	
		2014	2013
Vendas e serviços prestados	20	967.562,62	946.329,95
Subsídios, doações e legados à exploração	21	877.139,72	744.845,66
Variação nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	8	(129.701,25)	(140.898,07)
Fornecimentos e serviços externos	22	(532.766,74)	(429.673,79)
Gastos com o pessoal	23	(896.115,81)	(770.343,19)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)			
Provisões (aumentos/reduções)			
Provisões específicas (aumentos/reduções)			
Aumentos/reduções de justo valor			
Outros rendimentos e ganhos	24	76.329,73	107.190,82
Outros gastos e perdas	25	(5.186,84)	(6.144,68)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		357.261,43	451.306,70
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5,7	(211.158,12)	(221.045,34)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		146.103,31	230.261,36
Juros e rendimentos similares obtidos	26	7.853,75	4.575,00
Juros e gastos similares suportados	26	(19.343,60)	(20.610,26)
Resultados antes de impostos		134.613,46	214.226,10
Imposto sobre o rendimento do período		-	-
Resultado líquido do período		134.613,46	214.226,10

Demonstração dos Resultados por Valências

Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Aguiar da Beira
 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	Lar-Sr.º do Amparo	Lar Misericórdia	Apoio Domiciliário	Creche	UCC	ATL	Prolongamento de Horário	Unidade de Fisioterapia	Proj. Aguiar Social	Formação POPH	Cantina Social	TOTAL 2014
Vendas e serviços prestados:		254.205,20	329.799,30	18.687,50	15.748,00	304.078,45	1.127,90	3.197,00	40.719,27	92.122,34	89.235,32	55.695,00	967.562,62
Subsídios, doações e legados à exploração		137.511,10	276.456,95	70.848,56	84.843,35	-	3.384,33	-	9.733,43	-	-	-	720.861,63
Outros		13.754,45	16.476,03	2.000,00	7.459,00	14.918,00	780,48	1.921,38	-	-	-	-	156.278,09
Variação nos inventários da produção		(30.895,52)	(40.391,17)	(11.347,79)	(12.292,99)	(10.469,53)	-	-	-	-	-	(24.304,26)	(129.701,25)
Trabalhos para a própria entidade		(129.235,61)	(128.808,13)	(24.848,10)	(20.498,80)	(68.866,08)	(60,32)	(35,00)	(36.237,66)	(17.811,49)	(79.998,78)	(26.366,77)	(532.766,74)
Custo das matérias consumidas		(216.675,71)	(226.835,94)	(39.882,44)	(66.085,94)	(186.968,82)	(2.681,54)	(12.229,26)	(56.885,47)	(74.310,85)	(9.236,54)	(4.323,31)	(896.115,82)
Fornecimentos e serviços externos													
Gastos com o pessoal													
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)													
Provisões (aumentos/reduções)													
Provisões específicas (aumentos/reduções)													
Aumentos/reduções de justo valor													
Outros rendimentos e ganhos		13.333,56	45.914,72	450,00	7.853,89	7.816,87	-	960,69	-	-	-	-	76.329,73
Outros gastos e perdas		(1.520,08)	(1.852,64)	(451,36)	(345,87)	(600,00)	-	(164,95)	(251,94)	-	-	-	(5.186,84)
Result. antes depreciações, gastos de financ. e impostos		40.477,39	270.759,12	15.456,37	16.680,64	59.208,89	2.550,85	(6.350,14)	(42.922,37)	(0,00)	-	700,67	357.261,43
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		(31.905,96)	(89.506,00)	(1.200,00)	(12.382,58)	(60.210,37)	-	-	(15.953,21)	-	-	-	(211.158,12)
Result. operacional (antes de gastos de financ. e impostos)		8.571,43	181.253,12	14.256,37	4.298,06	(301,48)	2.550,85	(6.350,14)	(58.875,58)	(0,00)	-	700,67	146.103,31
Juros e rendimentos similares obtidos		3.159,80	2.133,47	566,73	813,39	1.125,36	-	-	55,00	-	-	-	7.853,75
Juros e gastos similares suportados		(756,57)	(15.500,33)	-	(2.315,04)	-	-	-	(771,66)	-	-	-	(19.343,60)
Resultados antes de impostos		10.974,66	167.886,26	14.823,10	2.796,41	823,88	2.550,85	(6.350,14)	(59.592,24)	(0,00)	-	700,67	134.613,46
Imposto sobre o rendimento do período		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado líquido do período		10.974,66	167.886,26	14.823,10	2.796,41	823,88	2.550,85	(6.350,14)	(59.592,24)	(0,00)	-	700,67	134.613,46

Aguiar da Beira, 21 de fevereiro 2015

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

Esabete da Silva Almeida

A MESA ADMINISTRATIVA

[Handwritten signatures]

Demonstração das Alterações nos Fundos Próprios

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PRÓPRIOS NO PERÍODO 2014

DESCRÇÃO	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe						Total		Total dos Fundos Patrimoniais
		Fundos	Reservas	Resultados Transitados	Reservas legais	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período			
POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2014	6	-	2.592,46	884.696,74	-	1.431.540,55	214.226,10	2.533.055,85		2.533.055,85
ALTERAÇÕES NO PERÍODO										
Primeira adopção de novo referencial contabilístico										-
Alterações de políticas contabilísticas										-
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras										-
Realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis										-
Excedentes de realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis										-
Reconhecimento de Subsídios										-
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais										(806,95)
	7	-	-	214.226,10	-	(806,95)	(214.226,10)	(806,95)		(806,95)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8			214.226,10		(806,95)	(214.226,10)	(806,95)		(806,95)
RESULTADO EXTENSIVO	9=7+8						134.613,46	134.613,46		134.613,46
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO										
Fundos										
Subsídios, doações e legados										
Outras operações										
	10						(79.612,64)	133.806,51		133.806,51
POSICÃO NO FIM DO ANO 2014	6+7+8+10	-	2.592,46	1.098.922,84	-	1.430.733,60	134.613,46	2.666.862,36		2.666.862,36

Aguar da Beira, 21 de fevereiro 2015

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

Elisabete da Silva Almeida

A MESA ADMINISTRATIVA

Irmãdada da Santa Casa da Misericórdia de Aguiar da Beira

Av. dos Combatentes do Ultramar 54/56 - Aguiar da Beira

NIF:502 303 760 - IPSS - DR N.º 11 de 14/01/1988 Reg. DGSS 26/4/1985 L.2 Irm. Misericórdia

Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2014

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PRÓPRIOS NO PERÍODO 2013

Unidade Monetária: Euros

DESCRIÇÃO	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-entã						Resultado líquido do período	Total	Total dos Fundos Patrimoniais
		Fundos	Reservas	Resultados Transfidos	Reservas legais	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período			
ALTERAÇÕES NO PERÍODO										
Posição no início do período 2013	1	-	2.592,46	564.211,71	-	1.491.176,71	320.485,03	2.379.005,91	2.379.005,91	-
Primeira adopção de novo referencial contabilístico										-
Alterações de políticas contabilísticas										-
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras										-
Realização do excedente de reavaliação de ativos fixos tangíveis e intangíveis										-
Excedentes de realização do excedente de reavaliação de ativos fixos tangíveis e intangíveis										-
Ajustamentos por impostos diferidos										-
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais	2	-	-	320.485,03	-	(60.176,16)	(320.485,03)	(60.176,16)	(60.176,16)	(60.176,16)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3						214.226,10	214.226,10	214.226,10	214.226,10
RESULTADO EXTENSIVO	4=2+3						(106.258,93)	154.049,94	154.049,94	154.049,94
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO										
Fundos										
Subsídios, doações e legados										
Outras operações	5									
Posição no fim do ano 2013	5=1+2+3+4	-	2.592,46	884.696,74	-	1.431.540,55	214.226,10	2.533.055,85	2.533.055,85	-

Aguilar da Beira, 21 de fevereiro 2015

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

Elisabete da Silva Almeida

A MESA ADMINISTRATIVA

[Handwritten signatures]

Irmãdade da Santa Casa da Misericórdia de Aguiar da Beira

Av. dos Combatentes do Ultramar 54/56 - Aguiar da Beira

NIF:502 303 760 - IPSS - DR N.º 11 de 14/01/1988 Reg. DGSS 26/4/1985 L.2 Irm. Misericórdia

Demonstração dos Fluxos de Caixa

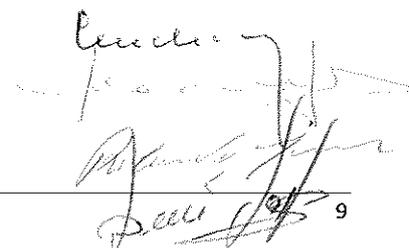
RUBRICAS	Notas	PERÍODOS	
		2014	2013
Fluxos de caixa das actividade operacionais - método directo			
Recebimentos de clientes e utentes		1.839.731,01	1.632.614,10
Pagamentos de subsídios		-	-
Pagamentos de apoios		-	-
Pagamentos de bolsas		-	-
Pagamento a fornecedores		(667.654,83)	(576.716,54)
Pagamentos ao pessoal		(881.604,68)	(755.980,06)
Caixa gerada pelas operações		290.471,50	299.917,50
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		-	-
Outros recebimentos/pagamentos		55.263,87	39.602,26
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		345.735,37	339.519,76
Fluxos de caixa das actividade de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(49.723,83)	(205.432,17)
Ativos intangíveis		(2.460,00)	-
Investimentos financeiros		-	-
Outros Ativos		-	-
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		-	-
Ativos intangíveis		-	-
Investimentos financeiros		-	-
Outros Ativos		-	-
Subsídios ao investimento		-	-
Juros e rendimentos similares		7.853,75	4.575,00
Dividendos		-	-
Fluxos de caixa das actividade de investimento (2)		(44.330,08)	(200.857,17)
Fluxos de caixa das actividade de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		-	-
Realizações de fundos		-	-
Cobertura de prejuízos		-	-
Doações		-	-
Outras operações de financiamento		-	-
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		(87.092,01)	(90.701,17)
Juros e gastos similares		(19.343,60)	(20.160,26)
Dividendos		-	-
Reduções do fundo		-	-
Outras operações de financiamento		-	-
Fluxos de caixa das actividade de financiamento (3)		(106.435,61)	(110.861,43)
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		194.969,68	27.801,16
Efeito das diferenças de câmbio		-	-
Caixa e seus equivalentes no início do período		438.925,57	411.124,41
Caixa e seus equivalentes no fim do período		633.895,25	438.925,57

Aguiar da Beira, 21 de fevereiro 2015

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS



A MESA ADMINISTRATIVA





Anexo

1. Identificação da Entidade

A "IRMANDADE DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE AGUIAR DA BEIRA" (referida neste documento como "Santa Casa" ou "ISCMAB") é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de Instituição Particular de Solidariedade Social, registada DGSS 26/04/1985 - L2 Irm. Misericórdias as fls. 34 verso e 35 sob o n.º 56/85, com sede em AV. DOS COMBATENTES DO ULTRAMAR, 54/56, em AGUIAR DA BEIRA.

Tem como atividade "natureza da atividade" para que possa prosseguir os seguintes objetivos:

- Satisfazer as carências sociais e praticar atos de culto católico, de harmonia com os princípios da doutrina e do culto cristãos.
- NO campo Social exerce, a sua ação através das prática das catorze obras de misericórdia, tanto corporais como espirituais e, no sector especificamente religioso, sob a invocação de Nossa Senhora do Amparo, mantem o culto divino na sua igreja.
- Atividade no âmbito da saúde e educação

2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2012 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Sector Não Lucrativos é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de Março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de Março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de Março; e
- Normas Interpretativas (NI).

A adoção da NCRF-ESNL ocorreu pela primeira vez em 2012, pelo que à data da transição do referencial contabilístico anterior (Plano de Contas das Instituições Particulares de Solidariedade



Social/Plano de Contas das Associações Mutualistas/Plano Oficial de Contas para Federações Desportivas, Associações e Agrupamentos de Clubes) para este normativo é 1 de Janeiro de 2011, conforme o estabelecido no § 5 Adoção pela primeira vez da NCRF-ESNL.

Assim, a Entidade preparou o Balanço de abertura de 1 de Janeiro de 2012 aplicando as disposições previstas na NCRF-ESNL. As Demonstrações Financeiras de 2011 que foram preparadas e aprovadas, de acordo com o referencial contabilístico em vigor naquela altura, foram alteradas de modo a que haja comparabilidade com as Demonstrações Financeiras de 2011.

3. Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1. Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1. Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2. Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas "Devedores e credores por acréscimos" e "Diferimentos"

3.1.3. Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem



alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4. Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5. Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6. Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) Razão para a reclassificação.

3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1. Ativos Fixos Tangíveis

Os "Ativos Fixos Tangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.



Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam susceptíveis de permitir atividades presentes e futuras adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)	
Terrenos e recursos naturais		
Edifícios e outras construções	10 - 50	
Equipamento básico	4 - 10	
Equipamento de transporte	4 - 8	
Equipamento biológico		
Equipamento administrativo	3 - 8	
Outros Ativos fixos tangíveis	3 - 10	

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, as sendo que se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas "Outros rendimentos operacionais" ou "Outros gastos operacionais".

3.2.2. Bens do património histórico e cultural

Os "Bens do património histórico e cultural" encontram-se valorizados pelo seu custo histórico. Os bens que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade do dador.

O justo valor é aplicável aos bens, que inicialmente foram adquiridos a título oneroso, sejam contabilizados pela primeira vez e seja impossível estabelecer o seu custo histórico devido à perda desses dados. Esta mensuração também efetuada para os bens cujo valor de transação careça de



[Handwritten signature]

relevância devido ao tempo transcorrido desde a sua aquisição ou devido às circunstâncias que a rodearam.

As aquisições gratuitas têm como contrapartida a conta "*Variações nos fundos patrimoniais*"

[Handwritten signature]

As obras realizadas nestes bens só são consideradas como ativos se e somente se gerarem aumento da produtividade, de capacidade ou eficiência do bem ou ainda um acréscimo da sua vida útil. Sempre que estes acréscimos não se verifiquem, estas manutenções e reparações são registadas como gastos do período.

Os bens que são incorporados nas instalações ou elementos com uma vida útil diferente do resto do bem. Estes têm um tratamento contabilístico diferente do bem o qual são incorporados, estando registado numa conta com denominação adequada dentro do ativo. São exemplo destas incorporações: sistema de ar condicionado, iluminação, elevadores, sistemas de segurança, sistemas de anti-incêndio.

Visto não ser passível de se apreciar com o mínimo de segurança a vida útil concreta destes bens, estes não são depreciables. No entanto a entidade tem em conta a capacidade de permitir atividades presentes e futuras e os meios técnicos necessários para a conservação e manutenção.

As incorporações a estes bens são depreciables, sendo calculadas assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada.

3.2.3. Propriedades de Investimento

Incluem essencialmente edifícios e outras construções detidos para obter rendimento e/ou valorização do capital. Estes ativos não se destinam à produção de bens ou aos fornecimento de serviços. Também não se destinam a fins administrativos ou para venda no decurso da atividade corrente dos negócios.

As "*Propriedades de Investimento*" são registadas pelo seu justo valor determinado por avaliação anual efetuada por Entidade especializada independente. São reconhecidas diretamente na Demonstração dos Resultados, na rubrica "*Aumentos/reduções de justo valor*", as variações no justo valor das propriedades de investimento.



Só após o início da utilização dos ativos qualificados como propriedades de investimento é que são reconhecidos como tal. Estes são registados pelo seu custo de aquisição ou de produção na rubrica "*Propriedades de investimento em desenvolvimento*" até à conclusão da construção ou promoção do ativo.

Assim que terminar o referido período de construção ou promoção a diferença entre o custo de construção e o justo valor é contabilizada como "*Varição de valor das propriedades de investimento*", que tem reflexo direto na Demonstração dos Resultados

As despesas com manutenção, reparação, seguros, Imposto Municipal sobre Imóveis, entre outros que decorram da utilização, são reconhecidas nas respetivas rubricas da Demonstração dos Resultados. No entanto as benfeitorias que se permitam atividades presentes e futuras acrescem ao valor das Propriedades de Investimento.

3.2.4. Ativos Intangíveis

Os "*Ativos Intangíveis*" encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles permitam atividades presentes e futuras para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

São registadas como gastos do período as "*Despesas de investigação*" incorridas com novos conhecimentos técnicos.

As despesas de desenvolvimento são capitalizadas sempre que a Entidade demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e dar início à sua comercialização ou utilização e para as quais permitam atividades presentes e futuras. Caso não sejam cumpridos estes critérios, são registados como gastos do período.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Projectos de Desenvolvimento	3 - 6
Programas de Computador	3 - 6
Propriedade Industrial	



O valor residual de um "Ativo Intangível" com vida útil finita deve ser assumido como sendo zero, exceto se:

- Houver um compromisso de um terceiro de comprar o ativo no final da sua vida útil, ou
- Houver um mercado ativo para este ativo, e
- Seja provável que tal mercado exista no final da sua vida útil.

3.2.5. Investimentos financeiros

Sempre que a Entidade tenha uma influência significativa, em empresas associadas, ou exerça o controlo nas decisões financeiras e operacionais, os "Investimentos Financeiros" são registados pelo Método da Equivalência Patrimonial (MEP). Geralmente traduz-se num investimento com uma representação entre 20% a 50% do capital de outra Entidade.

Pelo MEP as participações são registadas pelo custo de aquisição, havendo a necessidade de ajustar tendo em conta os resultados líquidos das empresas associadas ou participadas. Este ajuste é efetuado por contrapartida de gastos ou rendimentos do período e pelos dividendos recebidos, líquido de perdas por imparidade acumuladas.

Aquando da aquisição da participação pode-se verificar um *Goodwill*, isto é, o excesso do custo de aquisição face ao justo valor dos capitais próprios na percentagem detida, ou um *Badwill* (ou *Negative Goodwill*) quando a diferença seja negativa. O *Goodwill* encontra-se registado separadamente numa subconta própria do investimento, sendo necessário, na data de Balanço, efetuar uma avaliação dos investimentos financeiros quando existam indícios de imparidade. Havendo é realizada uma avaliação quanto à recuperabilidade do valor líquido do *Goodwill*, sendo reconhecida uma perda por imparidade se o valor deste exceder o seu valor recuperável.

Se o custo de aquisição for inferior ao justo valor dos ativos líquidos da subsidiária adquirida, a diferença é reconhecida diretamente em resultados do período. O ganho ou perda na alienação de uma Entidade inclui o valor contabilístico do *Goodwill* relativo a essa Entidade, exceto quando o negócio a que esse *Goodwill* está afeto se mantenha a gerar benefícios para a Entidade.

De acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro 12 – Imparidade de Ativos, o *Goodwill* não é amortizado, estando sujeito, como referido, a testes anuais de imparidade. Estas perdas por imparidade não são reversíveis.

- **Outros Métodos**

Esta rubrica tem reconhecido o montante de 483,85 Euros, relativos ao Fundo de Compensação do Trabalhador.



3.2.6. Inventários

Os "Inventários" estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado. Os Inventários que não sejam geralmente intermutáveis deve ser atribuído custos individuais através do uso de identificação específica.

3.2.7. Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos "Instrumentos Financeiros" com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - Alterações no risco segurado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
 - Entrada em incumprimento de uma das partes;
 - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
 - Alterações no preço do bem locado;
 - Alterações na taxa de câmbio
 - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

3.2.7.1. Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/ beneméritos/ patrocinadores/ doadores/associados /membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.



3.2.7.2. Clientes e outras contas a Receber

Os "Clientes" e as "Outras contas a receber" encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As "Perdas por Imparidade" são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

3.2.7.3. Estado e Outros Entes Públicos

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) "As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;
- b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;
- c) As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente."

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que:

"A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

- a) Exercício efetivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respetivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respetivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;
- b) Afetação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do



prazo de afetação, notificado ao diretor -geral dos impostos, acompanhado da respetiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;

c) *Inexistência de qualquer interesse direto ou indireto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas.*

Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se sujeitos a IRC à taxa de 21,5% sobre a matéria coletável nos termos do n.º 5 do art.º 87. Acresce ao valor da coleta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do CIRC.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2009 a 2012 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

3.2.7.4. Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE)

3.2.7.5. Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica "Caixa e depósitos bancários" inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.



3.2.7.6. Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em "Fornecedores" e "Outras contas a pagar" são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.8. Fundos Patrimoniais

A rubrica "Fundos" constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os "Fundos Patrimoniais" são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.2.9. Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

Os "Empréstimo Obtidos" encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os "Encargos Financeiros" são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica "Juros e gastos similares suportados".

Os "Encargos Financeiros" de "Empréstimos Obtidos" relacionados com a aquisição, construção ou produção de "Investimentos" são capitalizados, sendo parte integrante do custo do ativo. A capitalização destes encargos só inicia quando começam a ser incorridos dispêndios com o ativo e prolongam-se enquanto estiverem em curso as atividades indispensáveis à preparação do ativo para o seu uso ou venda. A capitalização cessa quando todas as atividades necessárias para preparar o ativo para o seu uso venda estejam concluídas. Há suspensão da capitalização durante períodos extensos em que o desenvolvimento das atividades acima referidas seja interrompido. Rendimentos que advenham dos empréstimos obtidos antecipadamente relacionados com um investimento específico são deduzidos aos encargos financeiros elegíveis para capitalização.

Locações

Os contratos de locações (*leasing*) são classificados como:

- Locações financeiras quando por intermédio deles são transferidos, de forma substancial, todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob o qual o contrato é realizado; ou
- Locações operacionais quando não ocorram as circunstâncias das locações financeiras.



De referir que as locações estão classificadas de acordo com a característica qualitativa da "Substância sobre a forma", isto é, a substância económica sobre a forma do contrato.

Os Ativos Fixos Tangíveis que se encontram na Entidade por via de contratos de locação financeira são contabilizados pelo método financeiro, sendo o seu reconhecimento e depreciações conforme se encontra referido no ponto 3.2.1. das Políticas Contabilísticas.

Os juros decorrentes deste contrato são reconhecidos como gastos do respetivo período, respeitando sempre o pressuposto subjacente do Regime do Acréscimo. Por sua vez os custos diretos iniciais são acrescidos ao valor do ativo (poe exemplo: custos de negociação e de garantia). Não havendo certeza razoável que se obtenha a propriedade, no final do prazo de locação, o ativo é depreciado durante o prazo da locação ou a sua vida útil, o que for mais curto.

Tratando-se de uma locação operacional as rendas são reconhecidas como gasto do período na rubrica de "Fornecimentos e Serviços Externos".

3.2.10. Benefícios dos empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, ordenados, complementos de trabalho noturno, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, prémios de produtividade e assiduidade, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de Natal, abonos para falhas e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pelo órgão de gestão. Para além disso, são ainda incluídas as contribuições para a Segurança Social de acordo com a incidência contributiva decorrente da legislação aplicável, as faltas autorizadas e remuneradas e, ainda, eventuais participações nos lucros e gratificações, desde que o seu pagamento venha a decorrer dentro dos 12 meses subsequentes ao encerramento do período.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada, por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de Dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

Os benefícios decorrentes da cessação do emprego, quer por decisão unilateral da Santa Casa, quer por mútuo acordo, são reconhecidos como gastos no período em que ocorrerem.



[Handwritten signatures and initials]

3.2.11. Subsídios do Governo

Os subsídios do governo são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a SCMM cumpre com todas as condições para o receber.

Os subsídios atribuídos a fundo perdido para o financiamento de projetos de investigação e desenvolvimento estão registados em balanço na rubrica "Outras variações nos fundos patrimoniais" e são reconhecidos na demonstração dos resultados de cada exercício, proporcionalmente às depreciações dos ativos subsidiados.

Os subsídios à exploração destinam-se à cobertura de gastos, incorridos e registados, com o desenvolvimento de ações de formação profissional, sendo os mesmos reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento do subsídio.

4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

5. Ativos Fixos Tangíveis

Bens do domínio público

A Entidade usufrui dos seguintes "Ativos Fixos Tangíveis" do domínio público:

Bens do património histórico, artístico e cultural

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2013 e de 2014, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:



	Saldo em 01-Jan-2014	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2014
Custo						
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	3.696.857,48	-	-	-	-	3.696.857,48
Equipamento básico	573.084,65	467,40	-	-	-	573.552,05
Equipamento de transporte	211.240,51	-	-	-	-	211.240,51
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	89.855,46	1.739,70	-	-	-	91.595,16
Outros Ativos fixos tangíveis	18.988,53	-	-	-	-	18.988,53
Ativos fixos tangíveis - Em Curso	75.000,00	71.265,23	-	-	-	146.265,23
Total	4.665.026,63	73.472,33	-	-	-	4.738.498,96
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	499.373,01	120.520,83	-	-	-	619.893,84
Equipamento básico	443.741,37	64.905,01	-	-	-	508.646,38
Equipamento de transporte	206.440,51	1.200,00	-	-	-	207.640,51
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	82.241,98	3.354,45	-	-	-	85.596,43
Outros Ativos fixos tangíveis	18.300,07	97,46	-	-	-	18.397,53
Total	Total	190.077,75	-	-	-	1.440.174,69
					Líquido	3.298.324,27

	Saldo em 01-Jan-2013	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2013
Custo						
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	3.484.266,43	151.471,16	-	61.119,89	-	3.696.857,48
Equipamento básico	557.162,47	15.922,18	-	-	-	573.084,65
Equipamento de transporte	205.240,51	6.000,00	-	-	-	211.240,51
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	83.123,60	6.731,86	-	-	-	89.855,46
Outros Ativos fixos tangíveis	18.988,53	-	-	-	-	18.988,53
Ativos fixos tangíveis - Em Curso	150.177,46	61.119,89	(75.177,46)	(61.119,89)	-	75.000,00
Total	4.498.959,00	241.245,09	(75.177,46)	-	-	4.665.026,63
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	380.556,45	118.816,56	-	-	-	499.373,01
Equipamento básico	367.485,96	76.255,41	-	-	-	443.741,37
Equipamento de transporte	205.240,51	1.200,00	-	-	-	206.440,51
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	78.548,77	3.693,21	-	-	-	82.241,98
Outros Ativos fixos tangíveis	18.300,07	-	-	-	-	18.300,07
Total	1.050.131,76	199.965,18	-	-	-	1.250.096,94
					Líquido	3.414.929,69

6. Propriedades de Investimento

No que concerne às "Propriedades de Investimento" o movimentos ocorridos, nos períodos de 2013 e 2014, foram os seguinte:

Descrição	2014			Transferências	Variação do Justo Valor	Saldo em 31-Dez-2014
	Saldo Inicial	Aquisições	Alienações			
Terrenos e Imóveis	2.592,46	-	-	-	-	2.592,46
Total	2.592,46	-	-	-	-	2.592,46



Descrição	2013			Transferências	Variação do Justo Valor	Saldo em 31-Dez-2013
	Saldo inicial	Aquisições	Alienações			
Terrenos e Imóveis	2.592,46	-	-	-	-	2.592,46
Total	2.592,46	-	-	-	-	2.592,46

7. Ativos Intangíveis

Bens do domínio público

A Entidade usufrui dos seguintes "Ativos Intangíveis" do domínio público: (não tem)

Outros Ativos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2013 e de 2014, mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

	31 de Dezembro de 2014					
	Saldo em 01-Jan-2014	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2014
Custo						
Goodwill	-	-	-	-	-	-
Projectos de Desenvolvimento	104.048,14	2.460,00	-	-	-	106.508,14
Programas de Computador	-	-	-	-	-	-
Total	104.048,14	2.460,00	-	-	-	106.508,14
Depreciações acumuladas						
Projectos de Desenvolvimento	62.564,05	21.080,37	-	-	-	83.644,42
Total	62.564,05	21.080,37	-	-	-	83.644,42
					V. Líquido	22.863,72

	31 de Dezembro de 2013					
	Saldo em 01-Jan-2013	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2013
Custo						
Goodwill	-	-	-	-	-	-
Projectos de Desenvolvimento	104.048,14	-	-	-	-	104.048,14
Programas de Computador	-	-	-	-	-	-
Total	104.048,14	-	-	-	-	104.048,14
Depreciações acumuladas						
Projectos de Desenvolvimento	41.483,89	21.080,16	-	-	-	62.564,05
Total	41.483,89	21.080,16	-	-	-	62.564,05
					V. Líquido	41.484,09

8. Investimentos Financeiros

• Outros Métodos

Esta rubrica tem reconhecido o montante de 483,85 Euros, relativos ao Fundo de Compensação do Trabalhador.



9. Inventários

Em 31 de Dezembro de 2013 e de 2014 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

Descrição	Inventário em 01-Jan-2013	Compras	Reclassificações e regularizações	Inventário em 31-Dez-2013	Compras	Reclassificações e regularizações	Inventário em 31-Dez-2014
Mercadorias	-	-	-	-	-	-	-
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	7.924,78	134.766,81	9.484,01	11.277,53	131.839,59	(496,77)	12.919,10
Total	7.924,78	134.766,81	9.484,01	11.277,53	131.839,59	(496,77)	12.919,10

Costo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	140.898,07	129.701,25
Variações nos inventários da produção	-	-

10. Clientes e Utentes

Para os períodos de 2013 e 2014 a rubrica "Clientes" encontra-se desagregada da seguinte for:

Descrição	2014	2013
Clientes e Utentes c/c	112.552,11	107.580,78
Clientes	-	-
Utentes	112.552,11	107.580,78
Clientes e Utentes cobrança duvidosa	-	-
Clientes	-	-
Utentes	-	-
Total	112.552,11	107.580,78

O saldo dos clientes mais significativos nos períodos de 2014 e 2013 é o seguintes:

Descrição	2014	2013
Clientes e Utentes c/c		
Utentes	67.296,96	66.880,40
Segurança Social	12.580,69	13.430,30
ARS	32.674,46	27.270,08
Total	112.552,11	107.580,78

11. Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

Descrição	2014	2013
Ativo		
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	14.490,98	3.335,00
Total	14.490,98	3.335,00
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	3.856,31	4.266,36
Segurança Social	16.387,77	15.708,67



12. Outras contas a receber

A rubrica "Outras contas a receber" tinha, em 31 de Dezembro de 2013 e 2014, a seguinte decomposição:

Descrição	2014	2013
Adiantamentos ao pessoal	-	-
Adiantamentos a Fornecedores de Investimentos	-	-
Devedores por acréscimos de rendimentos	-	-
...	-	-
Outros Devedores	194.770,51	284.623,44
Perdas por Imparidade	-	-
Total	194.770,51	284.623,44

Relativamente a Beneficiários das mutualidades, estes para os períodos de 2013 e 2014, são discriminados da seguinte forma:

Outras operações	2014		2013	
	Corrente	Não Corrente	Corrente	Não Corrente
Beneficiários das mutualidades - prestações a pagar	-	-	-	-
Beneficiários das mutualidades - capitais vencidos a pagar	-	-	-	-
Beneficiários das mutualidades - rendas vitalícias a pagar	-	-	-	-
Beneficiários das mutualidades - melhorias de benefícios*	-	-	-	-
Beneficiários das mutualidades - subvenções	-	-	-	-
Total	-	-	-	-

13. Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

Esta rubrica inclui quotas de "irmãos" por receber à data de 31/12/2014.

14. Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2014, a rubrica "Diferimentos" englobava os seguintes saldos:

Descrição	2014	2013
Gastos a reconhecer		
Seguros	5.036,72	4.801,01
...	-	-
Total	5.036,72	4.801,01
Rendimentos a reconhecer		
Comparticipação GALP	-	-
IEFP	23.377,96	27.295,45
POPH	36.317,52	125.552,84
Total	59.695,48	152.848,29



15. Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de "Caixa e Depósitos Bancários", a 31 de Dezembro de 2013 e 2014, encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	2014	2013
Caixa	2.172,89	1.805,55
Depósitos à ordem	127.681,11	136.670,02
Depósitos a prazo	504.041,25	300.000,00
Total	633.895,25	438.475,57

16. Fundos

16.1. Fundos Patrimoniais

A rubrica "Fundos" constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os "Fundos Patrimoniais" incluem as seguintes situações:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo

De forma a elevar o rigor da apresentação das demonstrações financeiras ao nível da rubrica "Resultados transitados", os responsáveis da SCMAB encontram-se a analisar o montante incluído até ao período de 2010 na rubrica "Fundos", por forma a efetuar a respetiva reclassificação.

16.2. Resultados transitados

Esta rubrica inclui a aplicação do resultado líquido positivo, referente ao período de 2013, no montante de 214.226,10 euros.

16.3. Outras Variações nos Fundos Patrimoniais

Nos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo em 01-Jan-2014	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31-Dez-2014
Reservas	2.592,46	-	-	2.592,46
Resultados transitados	884.696,74	214.226,10	-	1.098.922,84
Outras variações nos fundos patrimoniais	1.431.540,55	-	(806,95)	1.430.733,60
Total	2.318.829,75	214.226,10	(806,95)	2.532.248,90



17. Financiamentos Obtidos

17.1. Custos de Empréstimos Obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

Descrição	2014			2013		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Empréstimos Bancários	87.092,01	1.269.433,38	1.356.525,39	86.619,56	1.356.997,84	1.443.617,40
Locações Financeiras	-	-	-	-	-	-
Total	87.092,01	1.269.433,38	1.356.525,39	86.619,56	1.356.997,84	1.443.617,40

Em 31 de Dezembro de 2014, os planos de reembolso da dívida da Entidade, referente a empréstimos obtidos, detalham-se como segue:

Descrição	2014			2013		
	Capital	Juros	Total	Capital	Juros	Total
Até um ano	87.092,01	19.343,60	106.435,61	86.619,56	20.610,26	107.229,82
De um a cinco anos	274.164,00	77.374,40	351.538,40	274.164,00	82.441,04	356.605,04
Mais de cinco anos	995.269,38	-	995.269,38	1.082.833,84	-	1.082.833,84
Total	1.356.525,39	96.718,00	1.453.243,39	1.443.617,40	103.051,30	1.546.668,70

17.2. Locações

A Entidade detinha os seguintes ativos adquiridos com recurso à locação financeira:

Descrição	2014			2013		
	Custo de Aquisição	Depreciações Acumuladas	Quantia Escriturada	Custo de Aquisição	Depreciações Acumuladas	Quantia Escriturada
Equipamento básico	31.968,00	(31.968,00)	-	31.968,00	(31.968,00)	-
Total	31.968,00	(31.968,00)	-	31.968,00	(31.968,00)	-

Os planos de reembolso da dívida, discriminam-se da seguinte forma:

Descrição	2014			2013		
	Capital	Juros	Total	Capital	Juros	Total
Até um ano	-	-	-	-	648,60	648,60
De um a cinco anos	-	-	-	-	-	-
Total	-	-	-	-	648,60	648,60

18. Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2014	2013
Fornecedores c/c	52.283,16	37.885,11
Fornecedores títulos a pagar	-	-
Fornecedores facturas em recepção e conferência	-	-
Total	52.283,16	37.885,11



Fornecedores mais Significativos

Descrição	2014	2013
Galp Energia	15.077,84	5.832,83
Beiragel, SA	-	2.508,00
Recheio - Cash Carry, S.A	-	1.476,09
José Teixeira Lopes	1.323,35	1.733,90
Farmácia Paixão - Natalia S. Massa Patrocinio	2.874,87	1.981,70
Copyvis -Comércio e Rep., Lda	5.284,78	-
Aves Cimbrense, Lda	1.113,96	1.032,41
SAS TI - Soluções para Tec. de Inf. Unp. Lda	2.197,89	2.167,14
Consermar - Produtos Alimentares, Lda	2.281,60	-
Outros (inferiores a 1.300 euros)	22.128,87	21.153,04
Total	52.283,16	37.885,11

19. Outras Contas a Pagar

A rubrica "Outras contas a pagar" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2014		2013	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal	-	-	-	-
Fornecedores de Investimentos	-	23.749,42	-	17.906,92
Credores por acréscimos de gastos	-	110.923,76	-	96.412,63
Outros credores	-	7.566,44	-	7.398,34
	-	-	-	-
Total	-	142.239,62	-	121.717,89

20. Rédito

Para os períodos de 2013 e 2014 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2014	2013
Vendas	-	-
Prestação de Serviços	967.562,62	946.329,95
Quotas dos utilizadores	-	-
Quotas e Jóias	684,00	3.546,00
Serviços Secundários	-	450,00
Prestações de Serviços (utentes)	966.878,62	942.333,95
Subsídios, doações	877.139,72	744.845,66
Outros Rendimentos e Ganhos	76.329,73	107.190,82
Juros	7.853,75	4.575,00
Total	1.928.885,82	1.802.941,43



21. Subsídios do Governo e Outros Apoios

Esta rubrica inclui subsídios atribuídos pelo Centro Regional de Segurança Social, ao abrigo de protocolos, por forma a compartilhar os encargos estruturais com os utentes das valências Lares e Creche, Apoio Domiciliário, ATL e Prolongamento respetivamente.

A 31 de Dezembro de 2013 e 2014, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de "Subsídios do Governo" e "Apoios do Governo":

Descrição	2014	2013
Subsídios do Governo	901.334,75	924.178,14
Lares - Sr. do Amparo	137.511,10	136.320,00
Lar da Misericórdia Novo	276.456,95	225.118,12
Apoio Domiciliario	70.848,56	72.411,00
ATL	3.384,33	-
Creche	84.843,35	70.606,08
Segurança Social - Projecto Aguiar Social	92.122,34	112.103,44
Cantina Social	55.695,00	55.382,50
Prolongamento de Horário	-	-
Unidade de Cuidados Continuados	95.797,56	104.227,98
ARS	84.675,56	148.009,02
Apoios do Governo	-	-
...	-	-
Total	901.334,75	924.178,14

21.1. Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2013 e 2014, os seguintes subsídio, doações, heranças e legados:

Descrição	2014	2013
Subsídios de outras entidades	-	-
DREC \ Autarquia	1.921,38	500,00
IEFP	65.121,39	39.197,66
Formação - POPH	89.235,32	33.206,86
Sub. ao Investimento	60.176,16	60.176,16
Outros Sub.		
Total	216.454,25	133.080,68



22. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos "Fornecimentos e serviços externos" nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2014 e de 2013, foi a seguinte:

Descrição	2014	2013
Subcontratos	-	-
Serviços especializados	155.234,37	119.301,94
Materiais	36.035,53	32.945,64
Energia e fluidos	171.662,06	161.085,54
Deslocações, estadas e transportes	884,56	877,21
Serviços diversos (*)	168.950,22	115.463,46
Encargos com utentes	80.161,35	47.185,48
Limpeza Hig. Conforto	31.262,74	38.509,43
Comunicações	5.740,81	5.859,77
Restantes rubricas	51.785,32	23.908,78
Total	532.766,74	429.673,79

(*) Discriminar as três rubricas de maior valor por ordem decrescente

23. Benefícios dos empregados

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2014 foi de 75 com contrato e 14 através de medidas de emprego inserção, em 31/12/2013 foram 66 com contrato e 10 em medidas de emprego inserção.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2014	2013
Remunerações ao Pessoal	724.666,02	637.613,07
Indemnizações	10.374,95	-
Encargos sobre as Remunerações	142.320,53	117.356,39
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	7.925,72	4.414,36
Gastos de Acção Social	2.554,48	2.128,90
Outros Gastos com o Pessoal	8.677,42	8.830,47
Total	896.519,12	770.343,19

Durante o período não houve eleições para os órgãos sociais, tendo apenas verificando-se uma substituição na Mesa Administrativa, com a saída de Maria Teresa e Sousa, e a entrada de Luís Lopes, os quais são compostos pelas seguintes pessoas:

Assembleia Geral:

Presidente - Dr. Manuel Joaquim Das Neves Botelho

Ricardo Manuel Melo Gomes

Maria Aurélia Fonseca Tavares Pinto

Suplentes - Agostinho Almeida Coelho

Eduardo Amaral Ferreira

Mesa Administrativa:

- Augusto Fernando Andrade
- Lino Manuel dos Santos Lopes
- Luís António dos Santos Lopes
- Maria Teresa Vieira de Andrade e Sousa (renuncia)
- Augusto Ramiro Ferreira do Patrocínio
- Ricardo Jorge Gomes Marques

Suplentes:- Virgílio Augusto Correia

Conselho Fiscal:

- Maria Elisa Rodrigues de Almeida Pereira
- José Belarmino da Silva Almeida
- Paulo Jorge Santos Frias

Suplentes: - Maria Virgínia Costa Gomes

- José Alberto Amaral Santos

Os órgãos sociais da Entidade não auferem qualquer remuneração, de acordo com os estatutos e legislação aplicável às IPSS.

24. Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de "Outros rendimentos e ganhos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2014	2013
Rendimentos Suplementares	-	-
Descontos de pronto pagamento obtidos	25,14	81,20
Recuperação de dívidas a receber	-	-
Ganhos em inventários	-	22,75
Rendimentos e ganhos nos restantes activos financeiros	-	-
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	2.884,04	1.073,28
Outros rendimentos e ganhos	73.418,89	106.013,59
Total	76.328,07	107.190,82



25. Outros gastos e perdas

A rubrica de "Outros gastos e perdas" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2014	2013
Impostos	1.059,87	1.083,86
Descontos de pronto pagamento concedidos	0,50	10,00
Dívidas incobráveis	-	-
Outros Gastos e Perdas	4.126,47	5.050,82
Total	5.186,84	6.144,68

26. Resultados Financeiros

Nos períodos de 2014 e 2013 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2014	2013
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	19.343,60	20.160,26
Total	19.343,60	20.160,26
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	7.853,75	4.575,00
Total	7.853,75	4.575,00
Resultados financeiros	(11.489,85)	(15.585,26)

A rubrica "Juros suportados", inclui encargos com o financiamento obtido junto da CCAM.

27. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de Outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Não ocorreram acontecimentos subsequentes desde a data a que se reportam as demonstrações financeiras e a data da aprovação das contas pelo órgão de gestão (Mesa Administrativa) que ocorreu em março de 2014, que sejam merecedoras de referência ou que impliquem ajustamentos e, ou, divulgação.

Dando cumprimento ao estipulado no ponto 2.2 do Dec-Lei nº 158/2009, de 13 de Junho, a Mesa Administrativa está convicta que não está em causa o pressuposto da continuidade da Instituição,



para os próximos doze meses de atividade, uma vez que a Instituição tem vindo a apresentar resultados positivos ao longo dos últimos períodos.

28. Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações (nada a relatar).

29. Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2014.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de Dezembro de 2014 foram aprovadas pelo Mesa Administrativa em 11 de março de 2015.

Aguiar da Beira, dia 11 de março de 2015

O Técnico Oficial de Contas

Elisabet da Silva Almeida,

A Mesa Administrativa.

Luís...
...
...